TCEES TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2012

**OFÍCIO PTC. REC. Nº 017/2015** Vitória, 20 de janeiro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Rogério Luiz Krohling
Presidente da Câmara Municipal de Domingos Martins

PROTOCOLO
000046/2015
Câmara Municipal de Domingos Martins
28/01/2015 13:43:12
OFICIO
Autor: TRIBUNAL DE CONTAS

Senhor Presidente,

Encaminhamos, nos termos do art. 129 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, cópia do Parecer Prévio TC-032/2014, do Parecer da Procuradoria Especial de Contas – PPJC nº 678/2014, do Relatório Técnico Contábil – RTC nº 1/2014, da Instrução Contábil Conclusiva – ICC nº 2/2014 e da Instrução Técnica Conclusiva – ITC nº 827/2014, prolatados no processo TC-3098/2013, que trata de Prestação de Contas Anual, exercício de 2012, da Prefeitura Municipal de Domingos Martins.

Após o julgamento das contas pelo Legislativo Municipal, solicitamos o encaminhamento a esta Corte, nos termos do art. 79 da Lei Complementar nº 621/2012, c/c art. 131 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, de cópia do ato de julgamento e da ata da sessão correspondente, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação.

Atenciosamente,

**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**
Secretário Geral das Sessões
(Por delegação – Portaria N nº 021/2011)

Proc. TC 3098/2013
Fls.: 291
KEV

**PARECER PRÉVIO TC-032/2014 - PLENÁRIO**

| | |
|---|---|
| **PROCESSO** | - TC-3098/2013 |
| **JURISDICIONADO** | - PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS |
| **ASSUNTO** | - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO 2012 |
| **RESPONSÁVEL** | - WANZETE KRÜGER |

EMENTA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS - EXERCÍCIO DE 2012 - PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO - ARQUIVAR.**

**O EXMO. SR. CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO:**

**I – RELATÓRIO:**

Tratam os autos de Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Domingos Martins, referente ao exercício financeiro de 2012, sob a responsabilidade do senhor **Wanzete Kruger,** Prefeito Municipal.

A Prestação de Contas em análise foi encaminhada tempestivamente na data de 27 de março de 2013, através do ofício Nº 243/2013/PMDM/SECGAB, protocolo 003549 (fls. 01/231), estando, portanto, dentro do prazo regimental, consoante art. 105, da Resolução TC nº 182/02, vigente à época.

Após a autuação do feito, foram juntados os documentos protocolados sob os nº 3549, 6389, 7110, 10845, 13836, 14109, 18611, 1098, 0002 e 6527.

Os autos foram encaminhados à 6ª Secretaria de Controle Externo que elaborou o **Relatório Técnico Contábil RTC 1/2014** (fls. 250/270), onde analisa e conclui, sob o ponto de vista contábil, pela aprovação das contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS**.

Dando prosseguimento ao feito, a 6ª Secretaria de Controle Externo elaborou a Instrução Contábil Conclusiva, **Instrução Contábil Conclusiva ICC 2/2014** (fl. 272) que corrobora o RTC 1/2014.

Através da **Instrução Técnica Conclusiva - ITC 827/2014**, (fls. 274/279), o Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas – NEC, acompanhou a ICC 2/2014, concluindo nos seguintes termos:

> **3 CONCLUSÃO**
>
> 3.1 Registra-se da análise contábil que foram observados e cumpridos os limites constitucionais mínimos de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, gastos com remuneração dos profissionais do magistério, ações e serviços públicos de saúde e foi observado o limite máximo de Despesas com Pessoal e repasse de duodécimo ao legislativo.
>
> 3.2 Quanto aos demonstrativos contábeis e financeiros, verificou-se que representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial.
>
> 3.3 Em face do exposto, opina-se, diante do preceituado no Art. 319, §1º, inciso IV da Resolução TC 261/2013, no sentido de que seja emitido **PARECER PRÉVIO** recomendando a **APROVAÇÃO** das contas do senhor **Wanzete Kruger**, Prefeito Municipal frente à **Prefeitura Municipal de Domingos Martins** no **exercício de 2012**, na forma prevista no artigo 80, inciso I, da Lei Complementar nº621/2012.
>
> Respeitosamente,
>
> Vitória, 03 de fevereiro de 2014.
>
> Janaína Gomes Garcia de Moraes
>
> Auditora de Recursos Públicos

PARECER PRÉVIO TC-032/2014
tjm/fr

203.519

Encaminhados os autos ao Ministério Público Especial de Contas para manifestação, o eminente Procurador **HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA** por meio do Parecer **PPJC 678/2014** (fls.280/281) opina para que seja a prestação de contas em exame julgada REGULAR, na forma proposta pelo Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas (NEC) na ITC 827/2014.
É o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO:

Examinando os autos, verifico que o mesmo encontra-se devidamente instruído, portanto, apto a um julgamento de mérito, eis que observados todos os trâmites legais e regimentais.

Neste sentido, ante a documentação conduzida aos autos, com as manifestações da Área Técnica e do Ministério Público Especial de Contas, tornam-se desnecessárias maiores considerações.

Por conseguinte, ratifico o posicionamento da Área Técnica e do Ministério Público Especial de Contas, para tomar como razão de decidir a fundamentação exarada na Instrução Técnica Conclusiva **ITC 827/2014** (baseada na Instrução Contábil Conclusiva **ICC 2/2014**), nos seguintes termos:

### 1 PRESTAÇAO DE CONTAS ANUAL

A Prestação de Contas em análise foi encaminhada tempestivamente pelo senhor Wanzete Kruger, Prefeito Municipal, na data de 27 de março de 2013, através do ofício Nº

243/2013/PMDM/SECGAB, protocolo 003549 (fls. 01/231), estando, portanto, dentro do prazo regimental, consoante art. 105, da Resolução TC nº 182/02, vigente à época.

Após a autuação do feito, foram juntados os documentos protocolados sob os nº 3549, 6389, 7110, 10845, 13836, 14109, 18611, 1098, 0002 e 6527.

Encaminhados os autos à 6ª Secretaria de Controle Externo, foi elaborado o **Relatório Técnico Contábil RTC 1/2014** (fls. 250/270), que analisa a prestação de contas e conclui da seguinte forma:

> [...]
> **4. CONCLUSÃO**
>
> Examinada a Prestação de Contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS**, referente ao exercício de 2012, sob a responsabilidade do Sr. **WANZETE KRÜGER**, Prefeito Municipal, formalizada conforme disposições do art. 127, da Resolução TC 182/02, a mesma se encontra nos limites da legislação aplicada, conforme demonstrativos encaminhados nesta PCA. Desta feita sugerimos a **emissão de Parecer Prévio pela aprovação das contas**, conforme art. 80, I da LC 621/2012.
> Vitória - ES, 09 de janeiro de 2014.
>
> RONALDO FERREIRA SANDRINI
> AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO
> MATRÍCULA 203.187

Em sequência, a 6ª Secretaria de Controle Externo manifestou-se através da Instrução Contábil Conclusiva 2/2014 (fl. 272), ratificando a conclusão do RTC 1/2014, opinando pela aprovação das contas.

## 2 ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Consta do Relatório Técnico Contábil RTC 1/2014 os seguintes dados:

| | | | |
|---|---|---|---|
| **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO** | | | |
| Despesa Fixada/Autorizada | | | R$ 82.138.462,99 |
| Despesa Executada | | | R$ 74.749.445,22 |
| Economia Orçamentária | | | R$ 7.389.017,77 |
| **BALANÇO FINANCEIRO** | | | |
| Saldo financeiro do exercício anterior | | | R$ 37.504.998,95 |
| Saldo financeiro apurado para exercício seguinte | | | R$ 40.090.434,51 |
| **BALANÇO PATRIMONIAL** | | | |
| **ATIVO** | | **PASSIVO** | |
| Financeiro | R$ 40.111.869,53 | Financeiro | R$ 2.195.103,52 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Permanente | R$ 40.451.693,80 | Permanente | R$ 23.444.979,68 |
| Compensado | R$ 0,00 | Compensado | R$ 0,00 |
| **ATIVO REAL** | **R$ 80.563.563,33** | **PASSIVO REAL** | **R$ 25.640.083,20** |
| Saldo financeiro (Superávit) | | | R$ 37.916.766,01 |
| **Ativo Real Líquido** | | | **R$ 54.923.480,13** |

## 3 LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

O Relatório Técnico Contábil RTC 1/2014 registrou o **cumprimento dos limites constitucionais e legais**, conforme análise a seguir:

| | Reais | limite | executado |
|---|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida (RCL) | 73.784.601,39 | | |
| **- Despesa Poder Executivo**[1] | 33.026.155,00 | máx 54% | **44,76%** |
| **- Despesa Consolidada (Exec/Legis)**[2] | 34.913.027,62 | máx 60% | **47,32%** |
| Receita Bruta de Impostos | 47.596.052,76 | | |
| **- Manutenção do Ensino**[3] | 14.414.532,30 | min. 25% | **30,28%** |
| Receita cota parte FUNDEB | 14.757.686,85 | | |
| **- Remuneração Magistério**[4] | 10.725.685,47 | min 60% | **72,68%** |
| Receita Impostos e Transferências | 47.596.052,76 | | |
| **- Despesa com saúde**[5] | 8.683.112,15 | min. 15% | **18,24%** |
| Receita Tributária e Transferências do exercício anterior | 44.967.594,32 | | |
| **-Repasse duodécimo ao legislativo**[6] | 3.045.206,53 | máx. 7% | **6,77%** |

Quanto aos subsídios do Prefeito e Vice Prefeito verificou-se a conformidade dos pagamentos com os normativos municipais que regulam a matéria. Eis os valores dos subsídios pagos em 2011:

| **Subsídios de agentes políticos** | **Subsídio Mensal - Lei 2.113/2008,** |
|---|---|
| Prefeito | R$ 9.330,00 |
| Vice Prefeito | R$ 5.160,00 |

[1] Artigo 20, inciso III, alínea "b" e artigo 22 § único da Lei Complementar nº 101/2000.
[2] Artigo 19, inciso III da Lei Complementar 101/2000
[3] Artigo 212, caput, da CRF/88
[4] Lei 11.494/2007 e Inciso XII do Art. 60 do ADCT da CRF/88
[5] Artigo 77, inciso III, do ADCT da CRF/88
[6] Artigo 29-A inciso I; §2º, incisos I e III.

**4 REMESSA DE DADOS E PARECERES DE ALERTA PERTINENTES AO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AO RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**

Tendo em vista que o jurisdicionado cumpriu os prazos de encaminhamento dos relatórios a esta Corte de Contas, e que não houve necessidade de emissão de alerta, não foi formalizado processo referente à gestão fiscal e ao relatório resumido da execução orçamentária.

**5 CONCLUSÃO / PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

**5.1** Registra-se da análise contábil que foram observados e cumpridos os limites constitucionais mínimos de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, gastos com remuneração dos profissionais do magistério, ações e serviços públicos de saúde e foi observado o limite máximo de Despesas com Pessoal e repasse de duodécimo ao legislativo.

**5.2** Quanto aos demonstrativos contábeis e financeiros, verificou-se que representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial.

**5.3** Em face do exposto, opina-se, diante do preceituado no Art. 319, §1°, inciso IV da Resolução TC 261/2013, no sentido de que seja emitido **PARECER PRÉVIO** recomendando a **APROVAÇÃO** das contas do senhor **Wanzete Kruger**, Prefeito Municipal frente à **Prefeitura Municipal de Domingos Martins** no exercício de **2012,** na forma prevista no artigo 80, inciso I, da Lei Complementar n°621/2012.

Respeitosamente,
Vitória, 03 de fevereiro de 2014.

**Janaina Gomes Garcia de Moraes**
Auditora de Recursos Públicos
203.519

## III – DISPOSITIVO

Face o exposto, encampando o entendimento da Área Técnica e do Ministério Público Especial de Contas, **VOTO** para que seja emitido Parecer Prévio pela **APROVAÇÃO** das contas da **Prefeitura Municipal de Domingos Martins**, relativa

ao **exercício 2012**, sob a responsabilidade do Senhor **Wanzete Kruger**, nos termos do art. 80[7], inciso I da Lei Complementar 621/2012.

Dê-se ciência aos interessados e, após o trânsito em julgado, **arquive-se**.

## PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC-3098/2013, **RESOLVEM** os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em sessão realizada no dia vinte e dois de abril de dois mil e catorze, à unanimidade, para que seja emitido Parecer Prévio pela **aprovação** das contas da Prefeitura Municipal de Domingos Martins, referentes ao exercício de 2012, sob a responsabilidade do Sr. Wanzete Krüger, Prefeito Municipal, **arquivando-se** os presentes autos, após o trânsito em julgado, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo.

**Composição Plenária**

Presentes à sessão plenária da apreciação os Senhores Conselheiros Domingos Augusto Taufner, Presidente, Sebastião Carlos Ranna de Macedo, Relator, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, José Antônio Almeida Pimentel, Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun e o Conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva. Presente, ainda,

[7] Art. 80. A emissão do parecer prévio poderá ser:
I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;

o Dr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, Procurador Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral do Ministério Público Especial de Contas.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2014.

**AUSÊNCIA JUSTIFICADA NA SESSÃO DE LEITURA**

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER
**Presidente**

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO
**Relator**

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO ALMEIDA PIMENTEL

CONSELHEIRO RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

Proc. TC-3098/2014
Fls.: 299
KFV

PARECER PRÉVIO TC-032/2014
ljm/lr

CONSELHEIRO MARCO ANTONIO DA SILVA
**Em substituição**

Fui presente:

DR. HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA
**Procurador Especial de Contas em substituição ao Procurador-Geral**

Lido na sessão do dia: 15 JUL. 2014

ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR
**Secretário-Geral das Sessões**

# INSTRUÇÃO CONTÁBIL CONCLUSIVA
## IC 2/2014

| | |
|---|---|
| **PROCESSO:** | 3098/2013 |
| **ENTIDADE:** | PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS |
| **EXERCÍCIO:** | 2012 |
| **AGENTE RESPONSÁVEL:** | WANZETE KRÜGER |
| **AGENTE PELO ENVIO PCA:** | LUIZ CARLOS PREZOTI ROCHA |
| **CONSELHEIRO RELATOR:** | SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO |

**Ao Secretário de Controle Externo da 6º Secretaria de Controle Externo,**

Cuidam os autos da Prestação de Contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS**, referente ao **exercício financeiro de 2012**, sob a responsabilidade do Prefeito Municipal, Sr. **WANZETE KRÜGER**.

Em tramitação regular, tendo em vista o resultado no Relatório Técnico Contábil – RTC 01/2014 sugerimos a **emissão de Parecer Prévio pela aprovação das contas**, conforme art. 80, I da LC 621/2012, na Prestação de Contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS**, referente ao **exercício de 2012**, sob a responsabilidade do **Sr. WANZETE KRÜGER**, Prefeito Municipal, formalizada conforme disposições do art. 127, da Resolução TC 182/02, pois a mesma se encontra nos limites da legislação aplicada, conforme demonstrativos encaminhados nesta PCA.

Vitória - ES, 13 de janeiro de 2014.

**RONALDO FERREIRA SANDRINI**
**AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO**
**MATRÍCULA 203.187**

Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas – NEC

# INSTRUÇÃO TÉCNICA CONCLUSIVA ITC 827/2014

**PROCESSO:** TC 3098/2013 (volume I)
**JURISDICIONADO:** Prefeitura Municipal de Domingos Martins
**ASSUNTO:** Prestação de Contas Anual
**EXERCÍCIO:** 2012
**RESPONSÁVEL:** Wanzete Krüger – Prefeito Municipal
**UNIDADE TÉCNICA:** 6ª Secretaria de Controle Externo
**RELATOR:** Sebastião Carlos Ranna de Macedo

**À Coordenação do NEC**

Tratam os autos de Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Domingos Martins, referente ao exercício financeiro de 2012, sob a responsabilidade do senhor **Wanzete Kruger,** Prefeito Municipal.

## 1 PRESTAÇAO DE CONTAS ANUAL

A Prestação de Contas em análise foi encaminhada tempestivamente pelo senhor Wanzete Kruger, Prefeito Municipal, na data de 27 de março de 2013, através do ofício Nº 243/2013/PMDM/SECGAB, protocolo 003549 (fls. 01/231), estando, portanto, dentro do prazo regimental, consoante art. 105, da Resolução TC nº 182/02, vigente à época.

Após a autuação do feito, foram juntados os documentos protocolados sob os nº 3549, 6389, 7110, 10845, 13836, 14109, 18611, 1098, 0002 e 6527.

Encaminhados os autos à 6ª Secretaria de Controle Externo, foi elaborado o **Relatório Técnico Contábil RTC 1/2014** (fls. 250/270), que analisa a prestação de contas e conclui da seguinte forma:

> [...]
> **4. CONCLUSÃO**
>
> Examinada a Prestação de Contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS**

**MARTINS**, referente ao exercício de 2012, sob a responsabilidade do Sr. **WANZETE KRÜGER**, Prefeito Municipal, formalizada conforme disposições do art. 127, da Resolução TC 182/02, a mesma se encontra nos limites da legislação aplicada, conforme demonstrativos encaminhados nesta PCA. Desta feita sugerimos a **emissão de Parecer Prévio pela aprovação das contas**, conforme art. 80, I da LC 621/2012.

Vitória - ES, 09 de janeiro de 2014.

RONALDO FERREIRA SANDRINI
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO
MATRÍCULA 203.187

Em sequência, a 6ª Secretaria de Controle Externo manifestou-se através da Instrução Contábil Conclusiva 2/2014 (fl. 272), ratificando a conclusão do RTC 1/2014, opinando pela aprovação das contas.

## 2 ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Consta do Relatório Técnico Contábil RTC 1/2014 os seguintes dados:

| **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO** | | | |
|---|---|---|---|
| Despesa Fixada/Autorizada | | | R$ 82.138.462,99 |
| Despesa Executada | | | R$ 74.749.445,22 |
| Economia Orçamentária | | | R$ 7.389.017,77 |
| **BALANÇO FINANCEIRO** | | | |
| Saldo financeiro do exercício anterior | | | R$ 37.504.998,95 |
| Saldo financeiro apurado para exercício seguinte | | | R$ 40.090.434,51 |
| **BALANÇO PATRIMONIAL** | | | |
| **ATIVO** | | **PASSIVO** | |
| Financeiro | R$ 40.111.869,53 | Financeiro | R$ 2.195.103,52 |
| Permanente | R$ 40.451.693,80 | Permanente | R$ 23.444.979,68 |
| Compensado | R$ 0,00 | Compensado | R$ 0,00 |
| **ATIVO REAL** | **R$ 80.563.,33** | **PASSIVO REAL** | **R$ 25.640.083,20** |
| Saldo financeiro (Superávit) | | | R$ 37.916.766,01 |
| **Ativo Real Líquido** | | | **R$ 54.923.480,13** |

## 3 LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

O Relatório Técnico Contábil RTC 1/2014 registrou o **cumprimento dos limites constitucionais e legais**, conforme análise a seguir:

| | **Reais** | **limite** | **executado** |
|---|---|---|---|
| Receita Corrente Líquida (RCL) | 73.784.601,39 | | |
| **- Despesa Poder Executivo**[1] | 33.026.155,00 | máx 54% | **44,76%** |
| **- Despesa Consolidada (Exec/Legis)**[2] | 34.913.027,62 | máx 60% | **47,32%** |

[1] Artigo 20, inciso III, alínea "b" e artigo 22 § único da Lei Complementar nº 101/2000.
[2] Artigo 19, inciso III da Lei Complementar 101/2000

| | | | |
|---|---|---|---|
| Receita Bruta de Impostos | 47.596.052,76 | | |
| **- Manutenção do Ensino[3]** | 14.414.532,30 | min. 25% | **30,28%** |
| Receita cota parte FUNDEB | 14.757.686,85 | | |
| **- Remuneração Magistério[4]** | 10.725.685,47 | min 60% | **72,68%** |
| Receita Impostos e Transferências | 47.596.052,76 | | |
| **- Despesa com saúde[5]** | 8.683.112,15 | min. 15% | **18,24%** |
| Receita Tributária e Transferências do exercício anterior | 44.967.594,32 | | |
| **-Repasse duodécimo ao legislativo[6]** | 3.045.206,53 | máx. 7% | **6,77%** |

Quanto aos subsídios do Prefeito e Vice Prefeito verificou-se a conformidade dos pagamentos com os normativos municipais que regulam a matéria. Eis os valores dos subsídios pagos em 2011:

| **Subsídios de agentes políticos** | **Subsídio Mensal - Lei 2.113/2008,** |
|---|---|
| Prefeito | R$ 9.330,00 |
| Vice Prefeito | R$ 5.160,00 |

## 4 REMESSA DE DADOS E PARECERES DE ALERTA PERTINENTES AO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E AO RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

Tendo em vista que o jurisdicionado cumpriu os prazos de encaminhamento dos relatórios a esta Corte de Contas, e que não houve necessidade de emissão de alerta, não foi formalizado processo referente à gestão fiscal e ao relatório resumido da execução orçamentária.

## 5 CONCLUSÃO / PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

**5.1** Registra-se da análise contábil que foram observados e cumpridos os limites constitucionais mínimos de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, gastos com remuneração dos profissionais do magistério, ações e serviços públicos de saúde e foi observado o limite máximo de Despesas com Pessoal e repasse de duodécimo ao legislativo.

**5.2** Quanto aos demonstrativos contábeis e financeiros, verificou-se que representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial.

---

[3] Artigo 212, caput, da CRF/88
[4] Lei 11.494/2007 e Inciso XII do Art. 60 do ADCT da CRF/88
[5] Artigo 77, inciso III, do ADCT da CRF/88
[6] Artigo 29–A inciso I; §2º, incisos I e III.

**5.3** Em face do exposto, opina-se, diante do preceituado no Art. 319, §1º, inciso IV da Resolução TC 261/2013, no sentido de que seja emitido **PARECER PRÉVIO** recomendando a **APROVAÇÃO** das contas do senhor **Wanzete Kruger**, Prefeito Municipal frente à **Prefeitura Municipal de Domingos Martins** no exercício de **2012,** na forma prevista no artigo 80, inciso I, da Lei Complementar nº621/2012.

Respeitosamente,
Vitória, 03 de fevereiro de 2014.

**Janaína Gomes Garcia de Moraes**
Auditora de Recursos Públicos
203.519

**À SEGEX**

Encaminho os autos com a **Instrução Técnica Conclusiva** pertinente.

**Em** 10/02 **/2014.**

De ordem
Ao Gabinete do Exmo. Conselheiro Relator
**Sebastião Carlos Ranna de Macedo**
para ciência e deliberação.
Em, 06/02/14.

*Josiane Zon*
Matr.: 202.994

| | |
|---|---|
| **PROCESSO:** | 3098/2013 |
| **ENTIDADE:** | PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS |
| **EXERCÍCIO:** | 2012 |
| **AGENTE RESPONSÁVEL:** | WANZETE KRÜGER |
| **AGENTE PELO ENVIO PCA:** | LUIZ CARLOS PREZOTI ROCHA |
| **CONSELHEIRO RELATOR:** | SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO |

**Ao Secretário de Controle Externo da 6º Controladoria Técnica,**

Conforme determinação de V. S.ª, às folhas 249, procedemos à análise do presente processo de Prestação de Contas Anual e relatamos o que segue:

## 1. ANÁLISE CONTÁBIL

### 1.1. CONFERÊNCIA DOCUMENTAL

#### 1.1.1. QUANTO À FORMALIZAÇÃO DOCUMENTAL

A Prestação de Contas Anual está composta pelas Demonstrações Contábeis e demais documentos exigidos pela Resolução TC n. 182/02 e pela Lei n. 4.320/64:

#### 1.1.2. ASSINATURA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Averiguando a documentação apresentada, constata-se que a mesma está devidamente assinada pelo gestor, o ***Sr. LUIZ CARLOS PREZOTI ROCHA*** e pelo Profissional da Contabilidade, o *Sr.* ***FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO***, CRC 011207/O-0.

#### 1.1.3. CUMPRIMENTO DE PRAZO

A Prestação de Contas Anual foi encaminhada ao TCEES, através do OFÍCIO Nº 243/2013/PMDM/SECGAB, assinado pelo Prefeito Municipal, sendo autuada em 27 de março de 2013, estando, portanto, dentro do prazo regimental, consoante art. 105 da Resolução TC nº 182/02.

### 1.2. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário do exercício está demonstrado conforme quadros a seguir:

**Demonstração do Orçamento**

| | | |
|---|---|---|
| Créditos Orçamentários e Suplementares | R$ | 81.635.262,99 |
| (+) Créditos Especiais e Extraordinários | R$ | 503.200,00 |
| (=) Despesa Fixada | **R$** | **82.138.462,99** |

Constata-se que houve um **Superávit** de Arrecadação, em relação à previsão, conforme demonstrado abaixo:

**Demonstração da Receita**

| | | |
|---|---|---|
| Receita Arrecadada | R$ | 80.396.531,10 |
| (-) Receita Prevista | R$ | 68.600.000,00 |
| (=) Superávit | **R$** | **11.796.531,10** |

Confrontando-se a Despesa Fixada com a Executada constata-se que houve **Economia Orçamentária** no exercício, conforme demonstrado a seguir:

**Demonstração da Despesa**

| | | |
|---|---|---|
| Despesa Fixada | R$ | 82.138.462,99 |
| ( - ) Despesa Executada | R$ | 74.749.445,22 |
| (=) Economia Orçamentária | **R$** | **7.389.017,77** |

Confrontando-se a receita arrecadada com a despesa executada, verifica-se que ocorreu um **SUPERÁVIT:**

**Resultado Orçamentário**

| | | |
|---|---|---|
| Receita Arrecadada | R$ | 80.396.531,10 |
| (-)Despesa Orçamentária Executada | R$ | 74.749.445,22 |
| (=) SUPERÁVIT Orçamentário | **R$** | **5.647.085,88** |

## 1.3. BALANÇO FINANCEIRO

A disposição do Balanço Financeiro está de acordo com o que preceitua o Anexo 13 da Lei 4.320/64, demonstrando, portanto, os saldos que se transferem para o exercício seguinte.

## 1.4. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é integrado pelos Resultados do Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Dívida Fundada e Dívida Flutuante, conforme demonstrado a seguir:

| | |
|---|---|
| **ATIVO FINANCEIRO** | **R$ 40.111.869,53** |
| **Disponível** | **R$ 40.090.434,51** |
| **Realizável** | |
| Saldo Exercício Anterior | R$ 671.706,11 |
| (+) Inscrição no Exercício | R$ 259.020,96 |
| (-) Baixa no Exercício | R$ 909.292,05 |
| **(=) Saldo para o Exercício Seguinte** | **R$ 21.435,02** |
| **ATIVO PERMANENTE** | **R$ 40.451.693,80** |

| | |
|---|---|
| **Bens Móveis** | |
| Saldo Exercício Anterior | R$ 17.475.690,20 |
| (+) Aquisição no Exercício | R$ 1.041.628,28 |
| (-) Baixas (Alienação) – Prefeitura | R$ 197.592,16 |
| **(=) Saldo para o Exercício Seguinte** | **R$ 18.319.726,32** |
| | |
| **Bens Imóveis** | |
| Saldo Exercício Anterior | R$ 15.313.729,81 |
| (+) Obras e Instalações em Andamento | R$ 3.273.288,52 |
| (+) Diversas Incorporações | R$ 1.047.513,67 |
| **(=) Saldo para o Exercício Seguinte** | **R$ 19.634.532,00** |
| | |
| **Créditos da Dívida Ativa** | |
| Saldo do Exercício Anterior | R$ 2.351.301,66 |
| (+) Inscrição no Exercício | R$ 639.361,54 |
| (+) Atualização | R$ 206.323,34 |
| (-) Baixa p/ Recebimento no Exercício | R$ 338.245,75 |
| (-) Baixa por Cancelamento | R$ 687.204,98 |
| **(=) Saldo para o Exercício Seguinte** | **R$ 2.171.535,81** |
| | |
| **Estoques/Almoxarifado** | |
| **Saldo do Exercício Anterior** | **R$ 514.134,59** |
| (+) Aquisição no Exercício | R$ 7.306.979,52 |
| (-) Baixa no Exercício | R$ 7.495.214,44 |
| **(=) Saldo para o Exercício Seguinte** | **R$ 325.899,67** |
| | |
| **PASSIVO FINANCEIRO** | **R$ 2.195.103,52** |
| **Dívida Flutuante** | |
| **Restos a Pagar** | |
| Saldo do Exercício Anterior | R$ 5.898.674,84 |
| (+) Inscrição no Exercício | R$ 1.759.197,41 |
| (-) Baixa no Exercício | R$ 5.106.193,16 |
| (-) Cancelamento | R$ 589.189,39 |
| **(=) Saldo para o Exercício Seguinte** | **R$ 1.962.489,70** |
| | |
| **Depósito** | |
| Saldo do Exercício Anterior | R$ 149.659,76 |
| (+) Inscrição no Exercício | R$ 1.254.854,32 |
| (-) Baixa no Exercício | R$ 1.171.900,26 |
| **(=) Saldo para o Exercício Seguinte** | **R$ 232.613,82** |

| | |
|---|---|
| **PASSIVO PERMANENTE** | **R$ 23.444.979,68** |
| **Provisões Matemáticas (Instituto de Previdência)** | |
| Saldo do Exercício Anterior | **R$ 27.652.084,01** |
| (+) Incorporações | R$ 11.951.497,07 |
| (-) Baixas | R$ 20.342.765,61 |
| **(=) Saldo do Exercício** | **R$ 19.260.815,47** |
| | |
| **Dívida Fundada** | |
| Saldo do Exercício Anterior | R$ 3.474.825,53 |
| (+) Inscrição no Exercício | R$ 1.563.500,84 |
| (-) Baixa no Exercício | R$ 854.162,16 |
| **(=) Saldo para o Exercício Seguinte** | **R$ 4.184.164,21** |
| | |
| **SALDO PATRIMONIAL** | |
| Ativo Real Líquido Anterior | R$ 36.656.317,18 |
| (+) Superávit Patrimonial exercício | R$ 18.267.162,95 |
| **(=) Ativo Real Líquido** | **R$ 54.923.480,13** |
| | |
| **RESULTADO FINANCEIRO** | |
| Ativo Financeiro | R$ 40.111.869,53 |
| (-) Passivo Financeiro | R$ 2.195.103,52 |
| **(=) Superávit Financeiro** | **R$ 37.916.766,01** |

## 1.5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (ANEXO 15)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciou as alterações no patrimônio resultantes e independentes da execução orçamentária demonstrando o resultado patrimonial do exercício, conforme disposições do Anexo 15 da Lei nº 4.320/64.

## 1.6. DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FUNDADA (ANEXO 16)

Constatamos que os saldos apresentados no demonstrativo da Dívida Fundada conferem com a movimentação apresentada no Anexo 15 e os saldos para o exercício seguinte demonstrado no Anexo 14.

## 1.7. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (ANEXO 17)

Observamos que os saldos apresentados no demonstrativo da Dívida Flutuante conferem com a movimentação apresentada no Anexo 13 e os saldos para o exercício seguinte demonstrado no Anexo 14.

## 2. APURAÇÃO DOS LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

## 2.1. LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL

### 2.1.1. Receita Corrente Líquida - RCL

**Base Legal:** *Inciso IV, § 1º e 3º do artigo 2º da Lei Complementar 101/00.*

Dos levantamentos efetuados, constatou-se que o município em análise obteve a título de **Receita Corrente Líquida** o montante de **R$ 73.784.601,39**. De posse

da RCL, foram feitas as averiguações a respeito do quantum despendido pelo município para gastos com Pessoal e Encargos, conforme segue:

**2.1.2. PODER EXECUTIVO**
**Base Legal:** *Artigo 20, inciso III, alínea "b" e 22, parágrafo único da Lei 101/00*
Foi constatado, a partir da análise dos dados encaminhados, que o Poder Executivo canalizou em despesa de pessoal e encargos sociais o montante de **R$ 33.026.155,00**, resultando, desta forma, numa aplicação de **44,76%** em relação à receita corrente líquida apurada para o exercício.

Concluímos, portanto, que o Poder Executivo, **cumpriu** os limites máximo e prudencial, estabelecidos nos artigos 20, inciso III, alínea "b" e 22, parágrafo único da Lei Complementar nº 101/00.

**2.1.3. DESPESA CONSOLIDADA – (EXECUTIVO/LEGISLATIVO)**
**Base Legal:** *Artigo 19 da Lei Complementar 101/00*
Quanto a Despesa com pessoal consolidada (Poderes Executivo e Legislativo), foi apurado um dispêndio de **R$ 34.913.027,62**, correspondente a **47,32%** da Receita Corrente Líquida. Conclui-se que **foram cumpridos** os limites legal e prudencial estabelecidos na Lei 101/00.

**2.2. APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO**
**2.2.1. REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO**
**Base Legal:** *Art. 60, inc. XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988 (alterado pela Emenda Constitucional 53/2006)*
Conforme análise das informações evidenciadas nos demonstrativos contábeis, foi apurada uma aplicação de **72,68%** da cota-parte recebida do FUNDEB, na remuneração do magistério da educação básica, estando, portanto, **de acordo** com o estipulado na Constituição da República.

**2.2.2. APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.**
**Base Legal:** *Art. 212 da Constituição da República de 1988*
Foi constatado, a partir da análise dos dados encaminhados, que a Administração Municipal aplicou **30,28%** das receitas de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, **cumprindo** o preceito constitucional.

**2.3. APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.**
**Base Legal:** *Artigo 77, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988 (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29/2000)*
Conforme análise das informações evidenciadas nos demonstrativos contábeis, foi apurada uma despesa própria em saúde equivalente a **18,24%** da receita de impostos e transferências legais e constitucionais, estando, portanto, **em acordo** com o estipulado na Constituição da República.

**2.4 – REPASSE DE DUODÉCIMOS AO LEGISLATIVO**

**Base Legal:** *art. 29 – A, inc. I, da CRF/88.*

Do exame dos números demonstrados pela Prefeitura em sua prestação de contas anual, constatou-se contabilizado Repasse Concedido - Câmara Municipal o montante de **R$ 3.045.206,53**, demonstrando **cumprimento** ao limite constitucional máximo estabelecido, em atendimento ao previsto no inc. I, do art. 29-A, da Constituição Federal.

**2.5 – FINAL DE MANDATO**

**Base Legal:** *Artigo 42 da Lei Complementar 101/00*

Quanto as despesas inscritas em Restos a Pagar no final de mandato, foi apurado **R$ 1.962.489,70** e saldo financeiro de **R$ 13.084399,12**. Conclui-se que **foram cumpridos** os limites legal estabelecidos na Lei 101/00.

## 4. CONCLUSÃO

Examinada a Prestação de Contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS**, referente ao **exercício de 2012**, sob a responsabilidade do **Sr. WANZETE KRÜGER**, Prefeito Municipal, formalizada conforme disposições do art. 127, da Resolução TC 182/02, a mesma se encontra nos limites da legislação aplicada, conforme demonstrativos encaminhados nesta PCA. Desta feita sugerimos a **emissão de Parecer Prévio pela aprovação das contas**, conforme art. 80, I da LC 621/2012.

Vitória - ES, 09 de janeiro de 2014.

**RONALDO FERREIRA SANDRINI**
**AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO**
**MATRÍCULA 203.187**

# EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR,

**PPJC 678/2014**

| | |
|---|---|
| Processo TC: | **3098/2013** |
| Assunto: | **Prestação de Contas Anual** |
| Jurisdicionado: | **Prefeitura Municipal de Domingos Martins** |
| Exercício: | **2012** |
| Responsável: | **Wanzete Kruger – Prefeito Municipal** |

O **Ministério Público de Contas**, por meio da 3ª Procuradoria Especial de Contas, no exercício de suas atribuições institucionais, com fundamento no inciso II do art. 55 da Lei Complementar nº 621/2012[1], no art. 303 da Resolução TC 261/2013[2] e no inciso II do artigo 3º da Lei Complementar estadual nº 451/2008[3], considerando o **Relatório Técnico Contábil RTC-1/2014** (fls. 250/255); considerando a **Instrução Contábil Conclusiva ICC-2/2014** (fl. 272); considerando a **Instrução Técnica Conclusiva ITC-827/2014** (fls. 274/277); pugna pra que seja emitido **Parecer Prévio** recomendando a **APROVAÇÃO** das contas prestadas pelo **Sr. Wanzete Kruger**, Prefeito Municipal frente à Prefeitura Municipal de Domingos Martins, no exercício 2012, na forma como proposta pelo Núcleo de Estudos Técnicos e Análises Conclusivas (NEC) na ITC-827/2014:

> **5 CONCLUSÃO / PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**
>
> **5.1** Registra-se da análise contábil que foram observados e cumpridos os limites constitucionais mínimos de Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, gastos com remuneração dos profissionais do

---

1 Art. 55. São etapas do processo:
[...]
II – o parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, nas hipóteses previstas em lei ou no Regimento Interno;

2 Art. 303. Encerrada a instrução, os autos serão remetidos ao Ministério Público junto ao Tribunal para emissão de parecer escrito.

3 Art. 3º Compete aos Procuradores Especiais de Contas, além de outras atribuições estabelecidas na Norma Interna do Ministério Público Especial de Contas:
[...]
II - emitir parecer escrito em todos os processos sujeitos à apreciação do Tribunal na forma que dispuser a Norma Interna do Ministério Público Especial de Contas e a Lei Orgânica do Tribunal de Contas, com exceção dos processos administrativos internos;

magistério, ações e serviços públicos de saúde e foi observado o limite máximo de Despesas com Pessoal e repasse de duodécimo ao legislativo.

**5.2** Quanto aos demonstrativos contábeis e financeiros, verificou-se que representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial.

**5.3** Em face do exposto, opina-se, diante do preceituado no Art. 319, §1º, inciso IV da Resolução TC 261/2013, no sentido de que seja emitido **PARECER PRÉVIO** recomendando a **APROVAÇÃO** das contas do senhor **Wanzete Kruger**, Prefeito Municipal frente à **Prefeitura Municipal de Domingos Martins** no exercício de **2012,** na forma prevista no artigo 80, inciso I, da Lei Complementar nº 621/2012.

Vitória, 20 de fevereiro de 2014.

**HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA**
Procurador Especial de Contas

Ao Exmo. Sr. Conselheiro Relator, **SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO.**

Vitória, 21 de fevereiro de 2014.

**KARLA NICCO DE FREITAS MARTINS**
Secretária do Ministério Público de Contas

**kes/**